



ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE CUIABÁ-MT (1960-1970): EXPANSÃO NO ATENDIMENTO AS CRIANÇAS

GT 13: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Trabalho completo

Patrícia Carla Marconde CARREIRA (Programa de Pós-graduação em Educação/UFMT/Cuiabá-Mato Grosso)

e-mail: carreira.patriciac@gmail.com

Marijâne Silveira da SILVA (Programa de Pós-graduação em Educação/UFMT/Cuiabá-Mato Grosso)

e-mail: mjanasilva@gmail.com

Resumo

Nesta pesquisa investiga-se a organização do atendimento escolar na rede municipal de ensino de Cuiabá, estado de Mato Grosso, durante as décadas de 1960 e 1970. Esse recorte temporal se revela crucial para compreender o início da gestão escolar sob a responsabilidade da prefeitura municipal, destacando-se a criação das primeiras escolas públicas. Entendemos que o estudo das instituições escolares é essencial para compreender e conhecer a evolução do sistema educacional. Do ponto de vista metodológico, este estudo é de natureza documental e bibliográfico, fundamentando-se na Operação Historiográfica proposta por Michel de Certeau (1999) com a seleção e organização das fontes.

Palavras-chave: Instituições Escolares. Escolas Municipais. História da Educação.

1 Introdução

Este estudo é parte de uma pesquisa mais ampla, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE/UFMT), que investiga a trajetória da Escola Municipal Prof^a Maria Dimpina Lobo Duarte, localizada no antigo Distrito de Coxipó da Ponte, em Cuiabá/MT.¹ Vale destacar que essa instituição foi uma das primeiras criadas com recursos da prefeitura municipal, sendo relevante no contexto educacional da cidade.

Por se tratar de uma pesquisa historiográfica as fontes são essenciais e foram localizadas em acervos oficiais da Secretaria Municipal de Educação, Diários Oficiais, Gazetas Municipais, além de jornais da época. O referencial teórico está ancorado em autores da História da Educação que discutem a temática das Instituições Escolares, como Magalhães (2004; 2005), Nosella e Buffa (2009), Sanfelice (2008), entre outros que se mostraram relevantes para a compreensão da temática.

O período delimitado engloba marcos importantes, como a criação, em 1963, da "Secretaria Municipal de Educação e Saúde", órgão responsável pela área da educação, e a promulgação de duas legislações nacionais: a Lei 4.024/61 e a Lei 5.692/71. Essas leis

¹ Esta investigação em específico é realizada pela mestranda que para se dedicar ao curso de mestrado conta com auxílio de Licença Qualificação Profissional da SEDUC/MT e da SME/Cuiabá.



estabeleceram as diretrizes e bases para o ensino no Brasil. A primeira, sancionada em 1961, reflete o embate entre duas correntes: de um lado, os defensores da descentralização do ensino; de outro, os que buscavam a criação de uma legislação de caráter nacional, regulamentada por um Plano Nacional de Educação. A segunda, sancionada em 1971, embora não tenha trazido mudanças significativas, reacendeu o debate sobre a autonomia das esferas estaduais e municipais na gestão educacional. Ambas as leis contribuíram para a organização do sistema público de ensino em Cuiabá. Contudo, foi somente após a promulgação da Lei nº 5.692 que se observaram mudanças expressivas na educação municipal, marcadas principalmente pela ampliação do número de escolas, com o foco no atendimento de crianças em idade escolar.

Esse período é significativo para entender a formação do cenário educacional cuiabano, marcado pelo início do atendimento escolar sob a responsabilidade da prefeitura municipal, cujo processo foi fundamental para o início da municipalização do ensino. Sob a perspectiva da História da Educação, esta pesquisa busca investigar quais as instituições municipais de ensino foram estabelecidas em Cuiabá/MT nas décadas de 1960 e 1970? O foco central consiste em identificar as instituições escolares que estavam sob a gestão da Secretaria Municipal de Educação e quais os mecanismos que possibilitaram a criação delas.

Neste sentido, no presente texto será abordado o desenvolvimento metodológico e o contexto histórico e educacional do município durante os anos 1960 e 1970, identificando as primeiras instituições escolares municipais criadas e que foram responsáveis pelo atendimento às crianças que se encontravam em idade escolar e que foram matriculadas no ensino primário da capital.

2. Contexto histórico e educacional do país e de Cuiabá

Durante as décadas de 1960/1970 o Brasil passou por profundas transformações, sendo o golpe militar de 1964 o marco mais significativo desse período. Após a deposição do presidente João Goulart (1961-1964), o golpe de 31 de março instaurou uma ditadura que se estendeu por 21 anos, até 15 de março de 1985, com uma sucessão de governos militares. Esse contexto político trouxe repercussões em diversas áreas, incluindo a educação.

No cenário educacional, essas décadas foram marcadas por intensa movimentação, incluindo a promulgação das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 4.024/61 e 5.692/71, além da Reforma Universitária de 1968 (Lei Nº 5.540/1968). Embora o período tenha testemunhado a expansão do sistema educacional, especialmente após 1968, com a construção de novas escolas e universidades, o acesso a uma educação de qualidade



permaneceu restrito. Esse fato refletiu as profundas desigualdades sociais e regionais que caracterizavam o Brasil na época.

Tanto a LDB N° 4.024/1961 quanto a LDB N° 5.692/1971, inseridas em contextos históricos distintos, estabeleciam que a Educação Básica deveria ter como objetivo o desenvolvimento integral do educando. No entanto, ao se analisar a implementação dessas leis, é possível constatar que, embora tenham garantido formalmente o direito à educação para todos, falharam em assegurar esse direito a uma grande parcela da população brasileira durante suas respectivas vigências.

O discurso presente nestas legislações, que defendiam promover uma formação comum indispensável ao exercício da cidadania e proporcionar meios para o progresso nos estudos e no futuro profissional dos educandos, não se concretizou de maneira uniforme em todo o território nacional. Cada estado e município viveu de forma distinta as tentativas de promover a educação, com resultados desiguais.

Ao longo das décadas de 1960 e 1970, o avanço da educação no Brasil foi marcado por grandes instabilidades. Fatores como a alternância política, a falta de legislação adequada, a escassez de investimentos em infraestrutura, a carência de profissionais qualificados e a ausência de diretrizes pedagógicas eficazes dificultaram a oferta de educação pública, afetando principalmente as camadas populares. A democratização da educação foi comprometida por essas dificuldades, o que impediu a construção de um sistema educacional verdadeiramente inclusivo e democrático, tanto em nível estadual quanto municipal.

No município de Cuiabá, a trajetória de desenvolvimento seguiu uma linha de progresso marcada por várias fases. Foi, no entanto, a partir da década de 1960 que os avanços mais significativos ocorreram, impulsionados por um aumento considerável na população do estado de Mato Grosso, conforme aponta Facchinetto (2008).

A explosão demográfica mais intensa teve início a partir da década de 60, com a duplicação da população a cada dez anos até 1991, principalmente devido aos incentivos do Governo Federal para adensar a Região Amazônica. Cuiabá ficou conhecida como “Portal da Amazônia”, “porta de entrada”, local em franca expansão, capital do “Estado do Futuro”, com muita terra a ser explorada e em abundância.

De acordo com a autora citada acima, o município de Cuiabá registrou um aumento significativo de 43.000 habitantes entre as décadas de 1960 e 1970. Castor (2013) observa que, do ponto de vista geográfico, “Cuiabá não estava preparada para um crescimento tão acelerado. Bairros populares expandiam-se desordenadamente pelas periferias, enquanto as classes dirigentes concentravam seus investimentos no centro”. A cidade, que até o final da



década de 1950 mantinha um perfil rural e não ultrapassava os 60.000 habitantes, foi rapidamente transformada por iniciativas e investimentos voltados ao progresso do município.

Facchinetto (2008) destaca que Cuiabá se converteu de uma cidade colonial em uma metrópole em apenas 30 anos, embora esse desenvolvimento não tenha sido marcado por uma expansão organizada.

Os poucos loteamentos existentes não dispunham mais de espaço para novas construções, as ruelas estreitas de terra ou paralelepípedo não comportavam o tráfego dos caminhões pesados que escoavam a produção agrícola das cidades do Norte para a região Sul do Estado. O trânsito se tornara cada dia mais complexo. A falta de memória histórica dos governantes se unia a vontade intensa de modernização da população. Casarios e igrejas históricas foram demolidos sem restrições para dar lugar a edifícios e prédios modernistas (Facchinetto, 2008, s/p).

À medida que Cuiabá evoluía, seu perímetro urbano passava por constantes modificações. O documento intitulado “Evolução Urbana de Cuiabá”, elaborado pelo Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano (IPDU), oferece uma descrição detalhada desse processo de ocupação do espaço urbano na capital.

Em 1966 o governo estadual, pressionado pelas migrações que começaram a acelerar incontrolavelmente o crescimento urbano, criou a Companhia de Habitação Popular do Estado de Mato Grosso (Cohab), responsável pela construção do Núcleo Cidade Verde, hoje mais conhecido como Cohab Velha, nas proximidades do rio Cuiabá, primeiro núcleo de habitação popular de iniciativa estadual e polo de atração de crescimento na direção oeste da cidade. Estimulou-se o adensamento dos bairros próximos, como Goiabeiras e Cidade Alta (IPDU, 2010, p.17).

Ainda no contexto de evolução urbana, o documento relata que, em 1968, Cuiabá se tornou um polo estratégico para apoiar a ocupação e os fluxos migratórios, exigindo um intenso processo de modernização. Esse processo visava garantir melhores condições de vida à população que optava por estabelecer residência na capital, implementando medidas urbanísticas voltadas para assegurar a qualidade de vida dos novos moradores.

Nesse período, além das questões estruturais, foram necessárias outras ações para promover a infraestrutura adequada para atender às necessidades da população. Entre essas ações, destacam-se a expansão da rede elétrica, o abastecimento de água tratada, a pavimentação de ruas, a construção de moradias populares e o aumento do número de escolas. Essas transformações provocaram mudanças significativas no cenário educacional da capital, como será abordado no tópico seguinte.



A expansão da promoção da educação no estado de Mato Grosso, especialmente no município de Cuiabá, só se consolidou efetivamente nas décadas de 1950 e 1960, após a criação das Secretarias de Educação estadual (1953) e municipal (1963). Nosella e Buffa (2009, p. 29) defendem que, para uma análise mais completa, é essencial compreender o contexto no qual as instituições estão inseridas. Como afirmam: “Não se trata apenas de desenterrar histórias e vultos significativos do passado da instituição escolar estudada”, mas sim de, por meio dessa pesquisa, contribuir para a compreensão dos processos educacionais.

A emancipação administrativa da educação estadual é marcada pela criação da Secretaria de Educação, Cultura e Saúde em 1953. Em Cuiabá, esse processo começou a ganhar força a partir da gestão do prefeito Vicente Emílio Vuolo, com a criação da Secretaria de Educação e Saúde através da Lei nº 673/63 que nessa fase restringia-se a cuidar das escolas rurais, pois as instituições de ensino em áreas urbanas só começariam a ser estabelecidas a partir de 1969. Em um relatório da Prefeitura Municipal, referente ao exercício de 1967 e publicado em fevereiro de 1968, nota-se que:

Somente em 1967 foi criado o Departamento de Educação e Cultura do Município, com objetivo de serem dados os primeiros passos para a estruturação e desenvolvimento de um dos mais sérios problemas da Prefeitura. (...) A prefeitura tem sido muito negligente com em tão nobre missão e que deve passar por radical alteração atuando para erradicação do analfabetismo dentro do município (Gazeta Municipal, nº 90, 29 de fevereiro de 1968, p. 4).

O discurso oficial da prefeitura expressa uma autocrítica, reconhecendo sua ineficiência anterior na área educacional. No entanto, também evidencia o início de um esforço mais sistemático para corrigir essa falha, com a criação do Departamento de Educação e Cultura, no qual depositavam a responsabilidade pelo desenvolvimento de políticas mais estruturadas. No mesmo ano, nota-se um marco importante para a educação municipal com a sanção da Lei nº 1.068/68, em 29 de abril de 1968, pelo prefeito Frederico Carlos Soares de Campos. Essa lei reorganizou a estrutura administrativa da prefeitura, conforme detalhado na Gazeta Municipal nº 94, publicada em 6 de maio de 1968, com vigência a partir de 1º de abril do referido ano. Essa legislação implantou uma nova organização por meio da criação de quatro órgãos que passaram a compor a administração geral, incluindo a Secretaria de Educação, Cultura e Saúde, além de nove órgãos de administração específica, formados por sete departamentos, uma Inspeção Fiscal e uma Procuradoria Fiscal.

No campo educacional, essa reorganização trouxe mudanças significativas. O Departamento de Educação e Cultura, subordinado à Secretaria de Educação, Cultura e Saúde, foi instituído como o órgão responsável pela gestão das unidades escolares, do Pronto-



Socorro Municipal e dos ambulatórios. Essa mudança refletiu a intenção de centralizar e otimizar a gestão dos serviços públicos em Cuiabá, com ênfase na educação e na saúde.

Um exemplo desse novo direcionamento é uma notícia publicada no jornal O Estado de Mato Grosso, na edição de 10 de setembro de 1968, na qual o prefeito Frederico Campos assim defendia:

(...) em 1969 não existirão crianças analfabetas em Cuiabá, pois o Estado e Município estão desenvolvendo todos os esforços possíveis para cobrir o déficit escolar de seis mil vagas no ensino primário. A Prefeitura Municipal de Cuiabá está construindo duas escolas, o Estado outras duas, e o Ministério da Educação e Cultura, em convênio com a Municipalidade, suplementará recursos para garantir as coberturas das vagas restantes.

Frisou o chefe do Executivo cuiabano que pela primeira vez a Prefeitura Municipal de Cuiabá vai construir prédios próprios para abrigar escolas primárias. Até agora, a Municipalidade utilizava-se de prédios alugados ou doados, que não apresentavam condições pedagógicas suficientes. As duas escolas primárias, a serem construídas pela CIVELETRO, e cujo contrato de obras foi firmado ontem, apresentam condições para receberem, cada uma, 480 alunos, sem contar as vagas que surgirão nas salas-ambiente que existem duas escolas, que poderão elevar esse número de capacidade para 520. Uma será no Coxipó da Ponte e outra no bairro de Fátima.

Por sua vez, o Estado também está enviando esforços para cobrir este déficit escolar. As obras em andamento permitirão, já no próximo ano, mais 4.000 vagas no ensino primário. O Centro Educacional de Cuiabá, que terá cursos primário, ginásial e científico, estará funcionando no próximo ano letivo, o mesmo acontecendo com outra escola, de padrões modernos, que está sendo construída no bairro do Terceiro.

Finalizando, o engenheiro Frederico Campos disse que o Ministério da Educação e Cultura, em convênio com a municipalidade, vai construir escolas primárias nesta Capital, em número suficiente para cobrir todo o restante de 6.000 vagas. Vale acentuar que a Prefeitura Municipal de Cuiabá mantém agora apenas 350 alunos e já em 1969 contará com cerca de 1.100. (*O ESTADO DE MATO GROSSO*, 10/09/1968, p. 01)

O discurso do então prefeito na época revela que, ao final da década de 1960, tanto o governo estadual quanto o municipal se articulavam para tentar sanar o problema do analfabetismo e como estratégia anunciavam a criação de escolas que pudessem ampliar o número de vagas e, conseqüentemente, o acesso das crianças à educação escolar, cuja demanda era crescente.

Contudo, ao analisar as fontes localizadas durante essa pesquisa, nota-se que esses esforços não foram suficientes para garantir a escolarização de forma significativa para toda a população em idade escolar durante os anos 1960, mas verifica-se uma expansão do acesso à educação de forma mais evidente a partir da década de 1970.

Esse cenário ganhou impulso com a gestão do prefeito Bento Machado Lobo (1969–1971) que anunciava em seu discurso na primeira página do jornal O Estado de Mato Grosso



que "o projeto de organização da reforma administrativa em Cuiabá já está pronto para ser encaminhado à Câmara Municipal". Na reportagem, ele explicou que o projeto foi desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), e que essas mudanças trariam impactos significativos à estrutura administrativa da cidade. O prefeito concluiu enfatizando que o projeto

Suprime a Secretaria da Saúde e cria a Secretaria de Pronto Socorro, cria Secretaria de Recursos Humanos, englobando educação, cultura, turismo, recreação e aproveitamento de mão de obra, e transforma a Secretaria de Viação, Obras Públicas e Urbanismos em Secretaria de Obra e Viação e em Secretaria de Serviços Públicos, esta última compreendendo os departamentos de limpeza pública, parques e jardins, abastecimento, estradas e demais serviços auxiliares. (*O ESTADO DE MATO GROSSO*, 28/01/1970, p. 1).

O referido projeto de reforma administrativa foi aprovado e sancionado pela Câmara Municipal através da Lei nº 1.191, de 20 de março de 1970. Com essa nova organização, a Secretaria de Recursos Humanos passou a ser responsável por diversas áreas, incluindo educação, cultura, saúde, desenvolvimento comunitário e capacitação de mão de obra. No que diz respeito à educação, essa secretaria tinha como atribuições a administração das unidades de ensino municipais e a promoção de estudos e pesquisas voltadas para a melhoria do ensino.

A estrutura administrativa da capital sofreu uma nova modificação apenas em 30 de dezembro de 1975, após a aprovação da Lei nº 1.440. De acordo com as diretrizes dessa legislação, as áreas da educação e cultura foram integradas, dando origem à Secretaria de Educação e Cultura. No tocante as mudanças na área da educação o dados indicam que a partir de 1969 as primeiras instituições municipais foram inauguradas, sendo este período considerado como uma delimitação crucial para compreender a formação do panorama educacional em Cuiabá e o início do atendimento escolar sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal.

Conforme aponta Sanfelice (2008), "o estudo histórico das instituições escolares só se justifica se contribuir para a compreensão do fenômeno educativo de uma sociedade historicamente determinada." Sob a perspectiva da História da Educação, a investigação sobre as instituições escolares criadas e administradas pelo poder público municipal em Cuiabá ainda é um campo recente de pesquisa. Sobre essa questão destacamos o trabalho pioneiro realizado em âmbito de mestrado por Sasquia Helena Gonçalves da Silva Conceição e publicado em 2024, no qual a autora adota como objeto de investigação uma instituição escolar criada pela Secretaria de Educação Municipal de Cuiabá para atender as crianças da região do Barbado nas décadas de 1979/1980. Tal pesquisa é essencial pois inaugura novas

possibilidades de investigações pois até aquele momento não havia na História da Educação local qualquer investigação neste viés historiográfico.

Ao voltarmos um pouco no tempo, notamos que o período em questão abriga marcos importantes para a educação municipal, incluindo a criação da Secretaria Municipal de Educação, em 1963, a inauguração das primeiras escolas municipais a partir de 1969 e a promulgação das Leis 4.404/61 e 5.692/71, que estabeleceram diretrizes fundamentais para a educação no Brasil.

Em relação às competências dos municípios, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 5.692/71 atribuía aos municípios a responsabilidade pelo ensino de 1º grau. Segundo o Art. 20, "o ensino de 1º grau era obrigatório dos 7 aos 14 anos, cabendo aos municípios promover anualmente o levantamento da população em idade escolar e proceder à sua chamada para matrícula." Com base nessa diretriz, algumas questões nos inquietam: como a Prefeitura de Cuiabá se organizou para cumprir essa determinação? Quantas e quais escolas municipais foram criadas e/ou instaladas em Cuiabá/MT entre as décadas de 1960 e 1970?

Diante disso, foram realizados esforços para identificar as instituições escolares criadas no período delimitado e administradas pela Secretaria Municipal de Educação. E, a partir dos dados localizados apresentamos no quadro a seguir as instituições criadas durante os primeiros dez anos de atendimento escolar municipal (1969 a 1979), juntamente com a data referente ao ano de criação e sua respectiva localização no município.

Quadro 1 – Escolas Municipais de Cuiabá (1969 a 1979)

| INSTITUIÇÕES MUNICIPAIS | ANO DE CRIAÇÃO | LOCALIDADE |
|--|----------------|---------------------------------|
| Escola Municipal Padre Pedro Agostinho Colli | 1969 | Cruz Preta (Goiabeiras) |
| Escola Municipal Professor Ezequiel Pompeu Ribeiro de Siqueira | 1969 | Araés |
| Escola Municipal Professora Maria Dimpina Lôbo Duarte | 13/09/1969 | Distrito do Coxipó da Ponte |
| Escola Municipal Professora Tereza Lobo | 23/02/1971 | Várzea Ana Poupina (Dom Aquino) |
| Escola Municipal Professor Filogônio Corrêa | 25/02/1971 | Campo Velho |
| Escola Municipal Professora Alzira Valladares | 29/12/1972 | Jardim Cuiabá |
| Escola Municipal Professor Hélio de Souza Vieira | 1975 | Praeiro |
| Escola Municipal Dr. Orlando Nigro | 1978 | Santo Antônio do "Pedregal" |

Fonte: Elaborado a partir de dados coletados em periódicos e nos projetos pedagógicos das respectivas instituições.

Durante a análise das fontes relacionadas ao período de 1969 a 1979, identificamos um total de oito escolas municipais em Cuiabá, todas mantidas pela Secretaria Municipal de Educação. Dentre elas, duas já estavam em funcionamento: a Escola Municipal Padre Pedro Agostinho Colli e a Escola Municipal Professor Ezequiel Siqueira, ambas inauguradas em



1969. As demais instituições, como a Escola Municipal Professora Maria Dimpina Lôbo Duarte (1969), a Escola Municipal Professora Tereza Lobo (1971) e a Escola Municipal Professor Filogônio Corrêa (1971), foram construídas pela prefeitura de Cuiabá para atender à crescente demanda educacional. Além dessas, foram entregues posteriormente mais três unidades: a Escola Municipal Professora Alzira Valladares (1972), a Escola Municipal Professor Hélio de Souza Vieira (1975) e a Escola Municipal Dr. Orlando Nigro. Cada uma dessas escolas foi inaugurada em um determinado bairro, visando atender às necessidades da população em idade escolar nas respectivas regiões.²

3 Considerações finais

As análises preliminares sugerem que as unidades escolares aqui analisadas foram adaptadas aos contextos locais, e a Secretaria Municipal de Educação implementou medidas voltadas para a criação, organização e funcionamento dessas instituições, com um foco especial no atendimento à população infantil em idade escolar. Em termos de localização, a estratégia adotada pelo município consistiu em proporcionar atendimento escolar em regiões com um alto índice populacional, evidenciando o interesse da rede municipal em cumprir a legislação educacional vigente no Brasil à época.

Este estudo tem como expectativa contribuir para a ampliação de aspectos pouco explorados acerca da expansão do atendimento escolar no município de Cuiabá, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, especialmente nas décadas de 1960 e 1970. Além de contextualizar os aspectos educacionais daquele período — desde a criação da Secretaria Municipal de Educação até a ampliação do atendimento escolar por meio da criação ou instalação de instituições públicas —, a pesquisa busca também ajudar na construção de uma narrativa sobre a municipalização do ensino, servindo como base para futuras investigações.

Ademais, espera-se que a comunidade educacional, ao ter acesso a documentos e notícias da época, possa compreender a importância do registro histórico que só é possível por meio da preservação das fontes da materializada escolar e da memória. Essa compreensão é fundamental para fomentar a realização de pesquisas relacionadas às instituições escolares municipais, enriquecendo ainda mais o campo da História da Educação em Cuiabá.

² A partir de 1975, com a reorganização da Secretaria Municipal de Educação e em conformidade com a Lei nº 5.692, essas instituições passaram a ser renomeadas como "Escolas Municipais de 1º Grau".



Referências

CASTOR, Ricardo Silveira. **Arquitetura Moderna em Mato Grosso: diálogos, contrastes e conflitos**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. 456 p.

CERTEAU, Michel De. **A escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes: revisão técnica [de] Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

UIABÁ. **Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano**. Evolução Urbana de Cuiabá - 2010. 46 p.

UIABÁ. Gazeta Municipal. Nº 90, 29 de fevereiro de 1968. Disponível em: <https://gazetamunicipal.cuiaba.mt.gov.br/api/api/editions/viewPdf/30>.

FACCHINETTO, Janaína. **Transformações urbanas em Cuiabá**. Minha Cidade, São Paulo, ano 08, n. 091.01, Vitruvius, fev. 2008
<https://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/08.091/1904>. Acesso em: 04 de maio de 2024.

O ESTADO DE MATO GROSSO – 1939 A 1985. Cuiabá-MT. Nº 5.332, 10 de setembro de 1968, p. 01. Disponível em: Hemeroteca Digital.
<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=098086&pesq=Prefeitura%20de%20Cuiab%C3%A1&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=43239>. Acesso em: 04 de maio de 2024.

O ESTADO DE MATO GROSSO – 1939 A 1985. Cuiabá-MT. Nº5.631, 28 de janeiro de 1970, p. 01. Disponível em: Hemeroteca Digital.
<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=098086&pasta=ano%20197&pesq=&pagfis=45545>. Acesso em: 22 de setembro de 2024.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo Nexos: História das Instituições Escolares**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

_____. A história das instituições educacionais em perspectiva. In: GATTI JÚNIOR, D., INÁCIO FILHO, G. (ORGS.). **História da Educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações**. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2005.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições Escolares: por que e como pesquisar**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.

CONCEIÇÃO, Sasquia Helena Gonçalves da Silva. **História da instituição escolar municipal Antônio Ferreira Valentim em Cuiabá/Mato Grosso (1980 – 1989)**. 2024. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá-MT, 2024.